



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 112/XII/ 2.ª SL

Aos 23 dias do mês de janeiro de 2013, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1.ª parte

Audição da Presidente do ICP - ANACOM, sobre alterações à Lei das Comunicações Eletrónicas, na sequência de requerimento do PSD/CDS-PP

2ª parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 110/XII, relativa à reunião de 16 de janeiro
2. Apreciação e votação do requerimento do BE para audição do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações para prestar esclarecimentos sobre a introdução de novas portagens e sobre os planos de redução de encargos com as parcerias público-privadas
3. Apreciação e votação do requerimento do PS para audição do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações para prestar esclarecimentos sobre a introdução de novas portagens.
4. Apreciação e votação do requerimento do PS para audição da Comissão de Acompanhamento da Privatização da ANA, da Comissão de Acompanhamento da Privatização da TAP e da PARPÚBLICA - Participações Públicas, SGPS, S.A
5. Apreciação e votação do requerimento do PSD e CDS-PP para audição de um conjunto de entidades sobre a Proposta de Lei 112/XII/2.ª (GOV) - Estabelece o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal continental, a sua delimitação e características, bem como o regime jurídico da organização e funcionamento das Entidades Regionais de Turismo.
6. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa aos equipamentos marítimos e que revoga a Diretiva 96/98/CE [COM(2012)772].

Relatora: Deputada Ana Paula Vitorino (PS)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 112/XII/ 2.ª SL

7. Fixação da redação final relativa ao Projeto de Resolução n.º 378/XII/1.ª - Recomenda ao Governo o aprofundamento, revendo, do Regulamento das Contrastarias, a intensificação e alargamento dos atos fiscalizadores e a disponibilização de informação no âmbito da defesa do consumidor, bem como a introdução de novos instrumentos e procedimentos para facilitação da investigação.

8. Nomeação de relator para a Conta Geral do Estado de 2011

9. Nomeação de relator sobre a PPL 126/XII/2.ª (GOV) - Concede autorização legislativa ao Governo no âmbito da aprovação do regime jurídico aplicável às práticas individuais restritivas do comércio

Relator cabe ao PEV

10. Outros assuntos

1.ª parte

Audição da Presidente do ICP - ANACOM, sobre alterações à Lei das Comunicações Eletrónicas, na sequência de requerimento do PSD/CDS-PP

O Senhor Presidente deu as boas-vindas à Senhora Presidente do ICP – ANACOM, que se fez acompanhar pelas Senhoras Dr.ªs Isabel Areia e Ilda Matos, e em seguida, deu-lhe a palavra para fazer uma intervenção inicial.

Na primeira ronda de perguntas usaram da palavra os Senhores Deputados Adriano Rafael Moreira (PSD), Duarte Cordeiro (PS), João Paulo Viegas (CDS-PP) e Ana Drago (BE), tendo a Senhora Presidente do ICP – ANACOM respondido individualmente aos Senhores Deputados.

Na segunda ronda solicitaram esclarecimentos adicionais os Senhores Deputados Adriano Rafael Moreira (PSD), Paulo Campos (PS), João Paulo Viegas (CDS-PP) e Ana Drago (BE), tendo a Senhora Presidente do ICP – ANACOM respondido em conjunto.

Finalmente, na terceira ronda usaram ainda da palavra os Senhores Deputados Paulo Campos (PS) e Bruno Dias (PCP), tendo a Senhora Presidente do ICP – ANACOM respondido às questões apresentadas.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 112/XII/ 2.ª SL

A audição foi objeto de gravação na íntegra, encontrando-se disponível na página da Comissão na Internet.

2ª parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 110/XII, relativa à reunião de 16 de janeiro

Submetida à votação, foi a ata n.º 110/XII/2.ª, relativa à reunião de 16 de janeiro, aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

2. Apreciação e votação do requerimento do BE para audição do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações para prestar esclarecimentos sobre a introdução de novas portagens e sobre os planos de redução de encargos com as parcerias público-privadas

A Senhora Deputada Ana Drago (BE) interveio para apresentar o requerimento e afirmar que, de acordo com o seu teor, considerava de grande utilidade fazer-se o ponto de situação desta matéria, referindo que tinha o propósito de interrogar o Governo sobre quais as suas intenções neste mesmo domínio e como estão a ser feitas as renegociações com as PPP, ouvindo o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Por sua vez, o Senhor Deputado Paulo Campos (PS) referiu-se às declarações proferidas pelo Senhor Primeiro-Ministro, antes da apresentação do Orçamento de Estado (OE) para 2013, sobre os processos de renegociação já feitos e que tinham diminuído os encargos em 250 milhões de euros, afirmando não correspondiam à verdade porque nessa altura ainda não tinham sido iniciadas e também porque se verificava no OE que a redução dos encargos brutos que iria ser de 250 milhões de euros acabaria por se fazer através de um aumento de encargos para os cidadãos, tal como consta no documento confidencial entregue à Troika.

Em seguida, o Senhor Deputado Paulo Baptista Santos (PSD) dando assentimento ao requerimento apresentado pelo BE, sugeriu que este incluísse uma abordagem da matéria na perspetiva da sustentabilidade da Estradas de Portugal e das parcerias em causa. Acrescentou que o Governo pretende cumprir o estabelecido no OE através da diminuição do OPEX, da redução das TIR contratadas, dos sistemas fraudulentos em relação às receitas de veículos estrangeiros, da diminuição das comissões e das portagens concessionadas.

Sobre o requerimento em apreciação, o Senhor Deputado Hélder Amaral interveio para dizer que o seu grupo parlamentar iria votar favoravelmente.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 112/XII/ 2.^a SL

Em relação à sugestão apresentada pelo PSD, a Senhora Deputada Ana Drago (BE) manifestou-se pela não aceitação da mesma. E nesse sentido, sugeriu que a CEOP dirigisse um pedido à Secretaria de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações para o envio das cópias dos contratos de renegociação assinados pelo anterior Governo e pelo atual Executivo, configurando desta forma um requerimento apresentado à Mesa da Comissão.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) pronunciou-se favoravelmente sobre o requerimento apresentado pelo BE e também sobre a intenção de pedir os mencionados elementos adicionais. Nesse mesmo sentido informou, o PCP já tinha apresentado uma pergunta escrita ao Governo, sobre os dados que comprovam a diminuição significativa do tráfego, uma vez que se verifica que há concelhos que se encontram rodeados de portagens, registam um impacto relevante no orçamento familiar e no tecido produtivo.

Em seguida, intervieram os Senhores Deputados Paulo Campos (PS), Hélder Amaral (CDS-PP) sobre o processo de votação dos requerimentos apresentados pelo BE e pelo PS (ponto 3 da agenda dos trabalhos).

O Senhor Presidente submeteu, então, à votação o requerimento apresentado pelo BE, na versão inicial, que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Interveio, em seguida, o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) para dizer que retirava o requerimento do PS, correspondente ao ponto 3 da ordem de trabalhos.

Sobre o pedido de elementos relativos aos contratos de renegociação o Senhor Deputado Paulo Campos (PS) interveio para precisar a informação a ser solicitada: contratos de introdução de portagens feitos em 8 de dezembro de 2011 (Algarve, Beira Interior e Interior Norte), o contrato realizado em agosto na Lusoponte, os contratos feitos com a Estradas de Portugal relativos às renegociações das subconcessões; relatórios e contratos feitos.

O Senhor Deputado Paulo Baptista Santos (PSD) referiu a existência de contratos disponíveis numa Comissão de Inquérito, o que facilitava a sua consulta e quanto aos memorandos que resultaram da negociação da Estradas de Portugal, elas tinham sido divulgados. Os Senhores Deputados dispunham ainda de instrumentos parlamentares que lhes permitiam dirigir requerimentos ao Governo e de, em sede de audição ao Senhor Secretário de Estado, fazer perguntas.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 112/XII/ 2.ª SL

Em seguida, o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) recordou que por ocasião da audição ao Presidente da Estradas de Portugal, tinha sido entregue documentação. Nessa sequência o Senhor Presidente pediu aos serviços a compilação dos referidos documentos.

Submetido à votação, pelo Senhor Presidente, o requerimento sobre os pedidos de documentação formulado pelo BE, foi o mesmo rejeitado com os votos contra do PSD e CDS-PP e a favor do PS, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

3. Apreciação e votação do requerimento do PS para audição do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações para prestar esclarecimentos sobre a introdução de novas portagens.

Na sequência da aprovação do requerimento inicialmente apresentado pelo BE (ponto 2 da OD), o requerimento em apreço foi retirado, justificado que estava o fim a que se propunha.

4. Apreciação e votação do requerimento do PS para audição da Comissão de Acompanhamento da Privatização da ANA, da Comissão de Acompanhamento da Privatização da TAP e da PARPÚBLICA - Participações Públicas, SGPS, S.A

A apresentação do requerimento esteve a cargo do Senhor Deputado Paulo Campos (PS) que o fundamentou, dizendo que, em sede de Comissão, o exercício de fiscalização do supra mencionado processo só ficaria completo após a realização das audições às entidades propostas.

Em resposta, o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) referiu que se tratava de matéria encerrada, tendo em conta que já se tinha procedido às respetivas audições.

Nesse contexto, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) interveio para dizer que a teoria do Governo sobre transparência não correspondia à verdade uma vez que as entidades ouvidas na Comissão, em tempo, tinham afirmado nada saber sobre o assunto.

Em seguida, o Senhor Deputado Paulo Baptista Santos (PSD) no uso da palavra recordou que os Deputados dispunham da pergunta parlamentar a dirigir ao Governo, caso assim o entendessem.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 112/XII/ 2.ª SL

Intervieram ainda os Senhores Deputados Ana Drago (BE) e Paulo Campos (PS) sobre a necessidade de ouvir as entidades propostas e de conhecer as conclusões dos relatórios elaborados pela PARPÚBLICA.

Submetido a votação o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PSD e CDS-PP, registando-se a ausência do PEV.

5. Apreciação e votação do requerimento do PSD e CDS-PP para audição de um conjunto de entidades sobre a Proposta de Lei 112/XII/2ª (GOV) - Estabelece o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal continental, a sua delimitação e características, bem como o regime jurídico da organização e funcionamento das Entidades Regionais de Turismo.

Neste ponto da ordem de trabalhos o Senhor Presidente começou por referir que, inicialmente tinha havido indecisão sobre qual a Comissão que seria considerada principal para tratar a iniciativa em apreço. Posteriormente, tinha sido consensualizada entre a Senhora Presidente da AR e os Presidentes das 5.ª e 6.ª Comissões que as audições seriam a efetuar em conjunto, de acordo com a disponibilidade dos trabalhos de ambas, e o processo de votação seriam realizados em sede da Comissão de Economia e Obras Públicas. Para o efeito, propunha que houvesse entendimento quanto à criação de um grupo misto para definir as audições, presidido pelo Presidente da 5.ª Comissão, ou por si próprio.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) interveio, em seguida, para acrescentar uma entidade à lista de audições, a Federação de Sindicatos de Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal (FESAHT)

Intervieram, também, neste debate, os Senhores Deputados Hortense Martins (PS), Paulo Baptista Santos (PSD), Hélder Amaral (CDS-PP) e João Ramos (PCP). A primeira, para lembrar que se tratava de um processo na especialidade e que o requerimento apresentado pelo PS, para além de mencionar as entidades requeridas pelo PSD, continha ainda as de carácter regional, podendo, no conjunto dos sindicatos, agrupar a FESAHT. O segundo, para manifestar satisfação pela avocação de todo o processo à 6.ª Comissão, com conexão da 5.ª. Lembrou que as entidades tinham já apresentado contributos escritos que podiam ser visualizados no *site* do Parlamento O terceiro, para dizer que, ou se dispunha da audição de entidades nacionais que poderiam ser acompanhadas por quem entendessem, ou seria feita de



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 112/XII/ 2.ª SL

forma individual. O quarto recordava que os representantes dos trabalhadores não tinham agora, assento, na região de turismo.

Em seguida, o Senhor Presidente anunciou que o requerimento oral apresentado pelo PCP transitava para a reunião seguinte e submeteu à votação os requerimentos apresentados pelo PSD/CDS-PP e pelo PS, por esta ordem.

O resultado da votação foi:

O requerimento PSD/CDS-PP foi aprovado por unanimidade e o do PS foi rejeitado com os votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PS, do PCP e do BE, registando-se a ausência do PEV em ambas os casos.

De seguida, o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) recordava a existência do grupo de trabalho de turismo, no qual tinham sido realizadas audições anteriores mas nessa sequência, a Senhora Deputada Hortense Martins (PS) referiu que o mencionado grupo não assumia a apreciação da iniciativa, na especialidade.

6. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa aos equipamentos marítimos e que revoga a Diretiva 96/98/CE [COM(2012)772].

Relatora: Deputada Ana Paula Vitorino (PS)

A Deputada relatora solicitou o adiamento deste ponto para a reunião seguinte.

7. Fixação da redação final relativa ao Projeto de Resolução n.º 378/XII/1.ª - Recomenda ao Governo o aprofundamento, revendo, do Regulamento das Contrastarias, a intensificação e alargamento dos atos fiscalizadores e a disponibilização de informação no âmbito da defesa do consumidor, bem como a introdução de novos instrumentos e procedimentos para facilitação da investigação.

Foi fixada a redação final relativa ao Projeto de Resolução n.º 378/XII/1.ª, sem votos contra.

8. Nomeação de relator para a Conta Geral do Estado de 2011



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 112/XII/ 2.ª SL

Foi nomeado relator para a Conta Geral do Estado de 2011 o Senhor Deputado Duarte Cordeiro (PS).

9. Nomeação de relator sobre a PPL 126/XII/2.ª (GOV) - Concede autorização legislativa ao Governo no âmbito da aprovação do regime jurídico aplicável às práticas individuais restritivas do comércio Relator cabe ao PEV

Foi nomeada relatora sobre a PPL 126/XII/2.ª (GOV) a Senhora Deputada Heloísa Apolónia (PEV)

10. Outros assuntos

Foi fixada, sem votos contra, a redação final relativa ao Projeto de Resolução nº 474/XII – “Recomenda a adoção de medidas urgentes para apoiar com fundos comunitários o projeto de requalificação do mercado do Bolhão.

O Senhor Presidente solicitou aos Senhores Deputados sugestões sobre a visita a efetuar à Barragem do Alqueva, até à reunião seguinte.

A reunião foi encerrada às 13:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de janeiro de 2013.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 112/XII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Ana Drago
Ana Paula Vitorino
Bruno Dias
Carina Oliveira
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Cordeiro
Fernando Jesus
Helder Amaral
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Luís Menezes
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Paulo Batista Santos
Paulo Ribeiro de Campos
Rui Paulo Figueiredo
Afonso Oliveira
Cristóvão Crespo
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Eduardo Teixeira
Heloísa Apolónia
Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Serrasqueiro